

## 4 No redemoinho social: a literatura como sistema

O início dos anos 70 foi marcante para as ciências sociais. Eram anos de intensos debates sobre os caminhos pelos quais o pensamento e o fazer científico deveriam seguir. Thomas Kuhn, figura emblemática deste tempo, apontava que apenas através da intensa reflexão sobre seus fundamentos e bases numa comunidade científica seria possível escapar das armadilhas e tentáculos das verdades absolutas e da crença cega nos princípios científicos até então pouco questionados. (Kuhn, 1970). A preocupação com os a relevância social da ciência também foi marcante na trajetória de Siegfried Schmidt. Acompanhando a sugestão de Kuhn e redimensionando a teoria sociológica de Luhmann, Schmidt abraça a idéia de uma sociedade que se constitui através da negociação consensual de um modelo de realidade que serve como descrição plausível para as experiências cotidianas. Ele também sedimenta esta visão na descrição dos atores sociais como individualidades cognitivas que constroem modelos de si e de mundo, identificando-se com eles e diferenciando-se de seus pares. Segundo esta perspectiva, estes atores sociais lidam uns com os outros através de seus modelos e realizando modulações para que estes se aproximem dos modelos construídos por seus pares. É esta aproximação que torna o conceito de sistema social possível. Foi em busca de uma ampliação no repertório dos estudos literários baseada nestas premissas e no desenvolvimento das teorias construtivistas detalhadas no capítulo anterior que o projeto para uma Ciência Empírica da Literatura (CEL) nasceu em 1973, na universidade de Bielefeld, Alemanha. Duas orientações de pesquisa foram criadas a partir do projeto inicial: a Nova Hermenêutica, cuja questão básica

consiste na interpretação do texto literário; e a Ciência Empírica da Literatura do grupo NIKOL (*Nicht Konservative Literaturwissenschaft*). Esta última foi desenvolvida por Schmidt em cooperação com Peter Finke, vindo da filosofia da ciência, Walther Kindt, também cientista lógico, Jan Wirrer, lingüista e Reinhardt Zobel, oriundo da psicologia. Este grupo interdisciplinar pretendeu afastar-se dos estudos tradicionais da literatura ao construir a base teórica de uma ciência empírica da literatura a partir de análises de meta-teorias com base no discurso e da contribuição de diversas áreas do saber. Em 1980, o grupo estabeleceu-se na Universidade de Siegen e desenvolveu suas pesquisas que culminaram na primeira conferência internacional da Ciência Empírica da Literatura (CEL) em 1987. Nesta universidade o grupo se reformula e a ele se juntam Achim Barsch com formação na área da lingüística, Helmut Hauptmeier e Gebhard Rush, ambos filósofos da ciência, Dietrich Meutsch, psicolingüista, e Reinhold Viehoff, um sociólogo.

Na proposta do grupo liderado por Schmidt, a vontade de tornar os estudos literários empíricos e não somente validar os estudos literários através de contribuições de outras áreas era o seu fator motivador. Conceber a ciência da literatura como rede de elementos teóricos e empíricos e expor claramente suas bases epistemológicas (o construtivismo radical) e metateóricas seriam então tarefas necessárias (Schmidt, 1996). O autor supracitado sugere que o funcionalismo construtivo de Peter Finke, desenvolvido a partir de conceitos teóricos de J. D. Sneed, seria importante para esta proposta, já que ele se encaixava como estofo metateórico para a proposta acima. Esta proposta sugere que o conteúdo empírico de uma teoria deve permitir que se fale sobre seus objetos sem a necessidade de se usar sistematicamente os seus próprios termos teóricos. Conseqüentemente, esta postura implica o abandono da tradição da filosofia da ciência que elegia as proposições de uma teoria como elementos que

a destacavam como tal. O autor refuta então a primazia de sentenças e proposições entendidas como entidades em si em nome de uma teoria que seja interpretada como uma estrutura matemática composta, construída em uma comunidade científica e que seja percebida como algo construído como tal.

Sneed sugere que se uma teoria científica usa conceitos, e alguns deles com ela se relacionam de forma específica, ou seja, eles são característicos apenas desta teoria. Este conjunto de conceitos é exatamente o que faz de uma teoria o que ela é, ou seja, eles formam a teoricidade da teoria. Assim como os modelos construídos pelos seres vivos autopoieticos, os modelos teóricos fornecem à comunidade científica que com eles trabalham a sua identidade, já que eles só entendem este universo teórico em função de terem internalizado e aplicado certos modelos. Isso quer dizer que elementos que não fazem parte da tentativa de uma comunidade de descrever suas realidade através de um modelo aproximado são considerados como excludentes ou alternativos e não contribuem para o consenso funcional necessário para dar conta da maioria dos fenômenos desta comunidade.

Assim, uma teoria é constituída quando um cientista seleciona e aplica possíveis modelos parciais, analisando sua utilidade em função de sistemas axiomáticos específicos. O cientista deduz destes modelos possíveis novos modelos que, através de testes e demonstrações subseqüentes, serão considerados ou não como modelos que podem subscrever uma teoria. A atividade do cientista parte, então, de afirmações intuitivas e não formais sobre certos elementos objetivando organizar essas afirmações em um sistema lógico. Para que a teoria tenha aplicabilidade, é preciso estender os resultados a uma comunidade que legitime essa nova teoria.

Uma postura como esta é ideal para a CEL, pois ela almeja afastar-se radicalmente dos estudos tradicionais da literatura através de uma postura construtivista, no sentido de que ela rejeita toda e qualquer concepção ontológica da obra de arte literária. Por concepção ontológica refiro-me à idéia de que o texto é depositário da sua significação, que é no texto como objeto que se realiza a literatura, e que todas as manifestações literárias e de sentido, assim sendo, decorrem deste objeto. A CEL também se afasta de outras abordagens de orientação empírica, pois não pretende contribuir para o desenvolvimento da miríade de métodos para o estudo da literatura, seja adotando procedimentos psicológicos ou sociológicos ou ainda introduzindo a empiricidade a partir de metodologias a priori ou através da formação de teorizações. Isto quer dizer que a CEL não tem como objetivo usar o termo empírico como as metodologias que consideram suas teorias como fatos ontológicos. Nas palavras de Hauptmeier (1983) não há, para a CEL, um *factum brutum* que sirva como base autônoma para confirmar ou falsificar hipóteses teóricas.

Por empírico, portanto, entende-se os resultados de aplicações controladas e controláveis de uma teoria de acordo com um consenso razoável de um grupo de pesquisadores em relação a um modelo de mundo. O objeto de estudo da CEL são construtos de uma comunidade científica, ou seja, produtos ou ações realizadas pelos participantes do sistema literário observados pelos cientistas interessados na investigação destes produtos e ações. Portanto, os significados dos elementos constitutivos da base epistemológica da CEL são necessariamente definidos a partir e em relação a um observador e seu modelo de mundo. Conseqüentemente, o seu objetivo principal é situar os processos literários em termos de uma teoria social. Para atingi-los, a CEL tem por objetivo desenvolver um agir científico que parta das normas metateóricas da aplicabilidade, da empiricidade e da plausibilidade teórica.

Assim, o conceito de paradigma desenvolvido por Kuhn torna-se viável para esta empreitada, pois ele sugere que as ciências naturais e humanas se organizam através da constante dedicação à solução de quebra-cabeças experimentais e teóricos em torno de uma matriz disciplinar compartilhada por uma comunidade científica e que comporta modelos de orientação, valores e realizações exemplares e generalizações simbólicas (Kuhn, 1970, p.15). O rompimento com estas estabilizações, segundo o autor, sugere o nascimento de um outro tipo de ação científica que não dispõe necessariamente de uma nova teoria, mas que pode representar os passos iniciais para a construção de outra. Este movimento não significa um processo de substituição e sim a convergência de um certo grupo de cientistas em torno de posturas compartilhadas em relação a elementos consensuais que se orientam para a solução de problemas considerados relevantes, implicando uma consciência permanente da natureza do ofício do cientista e da sua dimensão político-social (16). A CEL se orienta a partir desta perspectiva, pois, mais uma vez através do modelo de Finke, segue as orientações de Kuhn que preconiza a relevância de generalizações terminologias científicas, de modelos, de valores (orientações metateóricas) e de soluções exemplares de problemas.

A CEL, neste sentido, se organiza a partir de alguns fundamentos basilares. A teoria dos sistemas vivos autopoieticos (sistemas vivos autônomos, estruturalmente determinados, auto-referenciais e operacionalmente fechados e em constante interação com seu meio) é o seu principal fundamento epistemológico. A partir desse conceito, são desenvolvidas as questões sobre as distinções entre observador e meio. Desse debate origina-se também a relevância de se entender o processo de cognição como processo que constrói toda a esfera de descrições dos observadores e a posição central dos indivíduos

no processo de legitimação destas descrições em oposição a uma verdade ontológica.

O conhecimento científico, conseqüentemente, sugere uma modulação e uma aproximação de expectativas de descrições em torno de um “consenso” em torno de proposições consideradas válidas numa comunidade. Isso significa que para se entender uma literatura enquanto sistema, advoga a CEL, o conhecimento deve ser entendido como parte ontogenética dos indivíduos que, em suas comunidades, passam a ser o foco central de seus fundamentos teórico-filosóficos.

Em relação as suas bases, a CEL propõe também como um dos seus fundamentos a questão da interação, que é entendida como um processo inerente ao papel do observador em relação a outros observadores. Estes observadores, nesse processo de contato com as suas construções identificadas como externas a eles, geram campos consensuais num processo interativo que antecede a toda comunicação, formando assim a base para comportamentos lingüísticos ao funcionarem como orientações nas esferas cognitivas. Neste processo de socialização acima descrito, os observadores treinam, corrigem e confirmam, através de modulações, as suas estratégias de construção de sentido (reorganizando os conceitos que ele utiliza para construir suas identidade, como, “realidade”, “sentido”, “verdade”) e as orientações (regras) de ação no espaço dessa construção de identidade. O processo de comunicação passa então a ser entendido como uma etapa na qual os observadores tentam construir processos cognitivos de orientação comparáveis numa esfera comunitária (no sentido biológico do termo). Isso significa apontar para a idéia de que a comunicação não pode mais ser pensada como uma transmissão de idéias entre indivíduos, mas sim como uma sucessão de interações, entre

indivíduos que tenha passado por processos de aproximação e modulação lingüística semelhante. Desta maneira, entende-se que os observadores neste processo buscam orientar-se mutuamente em função de interações dentro de seus respectivos campos cognitivos num ambiente onde um campo consensual de conduta entre sistemas verbalmente interativos é produzido (linguagem) durante o processo de desenvolvimento de um campo cooperativo de interação<sup>1</sup>.

Os fundamentos metateóricos da CEL, como acima mencionados, são organizados a partir do funcionalismo construtivo (FC) de Finke que fundamentou esta proposta baseado nas propostas teóricas de J. D. Sneed, W. Stegmuller e T. Kuhn. Segundo Finke, o FC deve ser entendido como uma teoria não normativa da ciência empírica e especialmente criativa que almeja descrever processos possíveis de construção teórica. Ele oferece uma possível orientação que sustenta o programa de etapas pré-paradigmáticas (de um projeto teórico) em função de finalidades intencionais. Organizado como uma teoria construtiva, o FC gera processos teóricos também construtivos, o que “destaca o imprescindível papel das deliberações na elaboração de construtos que admitem uma interpretação empírica de uma parte do mundo” (Finke, 1989). Finke destaca esse papel construtivo quando afirma que teorias empíricas são como qualquer outro construto humano e que seus problemas fundamentais são solucionados através de invenções consideradas úteis para a resolução dos problemas propostos - leia-se construídos - assim como os de qualquer outra

---

<sup>1</sup> Já apontei anteriormente algumas das conseqüências desta postura para os estudos da linguagem, porém, é importante ressaltar aqui que alguns conceitos consensuais desta área podem ser redimensionados a partir destas observações. Um exemplo seria a noção de metalinguagem, que se torna vazia num processo de construção de significados acima descrito. Consequentemente, o que se entende por referência e denotação pode ser redimensionado, pois o primeiro termo passaria a designar um determinado tipo de conduta de orientação que resulta de um número de convenções e processos de socialização lingüísticas, que teriam como objetivo alinhar parâmetros de processos de construção de significados. Já a idéia de denotação se relaciona diretamente a uma categoria do observador e que não teria sentido ser entendida como uma propriedade de certas estruturas lingüísticas.

teoria e qualquer outra ação científica. O FC parte da idéia da C-matriz, uma estrutura sistêmica formal constituída por quatro matrizes elementares (matriz estrutural, funcional, teórica e prática) que especificam estruturas conceituais de um aspecto específico da atividade teórica pré-paradigmática, que constitui, através de um processo complexo de decisões baseadas em teoremas e definições, a matriz da concepção de uma teoria. Assim sendo, os valores aceitos como fundamentais numa ação científica são decisões político-sociais, no sentido de caminhar em direção à capacidade racional do homem e ao desenvolvimento de suas capacidades interacionais (no sentido acima exposto)<sup>2</sup>. Finke sugere ainda, que este modelo utilize o teorema de Sneed no qual uma teoria T precisa de estruturas que orientem a solução de seus problemas através de orientações funcionais e estruturais relacionadas a um núcleo teórico N - formado por três tipos de modelos, modelos parciais, modelos possíveis e modelos "finais" de teoria (ver acima) e pelo conjunto de condições secundárias que satisfazem o núcleo teórico - e as suas aplicações intencionais I. Assim o teorema se constrói a partir de  $T = \langle N, I \rangle$ .

A estrutura teórica então proporciona a possibilidade de identificação de uma intencionalidade de aplicação de T, uma descrição das suas áreas de pesquisa, que podem ser modelos parciais de T construídos por proposições e termos descritivos que não se identificam com termos específico (teóricos) de T, a possibilidade de introduzir termos teóricos de T que poderão consolidar um possível modelo parcial como um possível modelo, a identificação da era de pesquisa como sendo modelo de T em função de termos T-teóricos e ainda a

---

<sup>2</sup> No Caso da CEL, estes valores são relacionados aos seus objetivos de desenvolvimento da capacidade crítico-reflexiva do homem em relação ao estabelecimento de processo de dominação e de um terrorismo intelectual em torno dos conceitos de saber e verdade e em direção a redução de conflitos e de problemas comuns a partir de esforços cooperativos (Schmidt, 1982, 1989).



informações em torno de condições colaterais específicas que são possíveis e válidas no modelo (Schmidt, 1989a, 40).

Uma teoria da produção literária neste modelo pode ser entendida então, à guisa de exemplo, como uma estrutura lógica que se constitui de uma área de aplicação identificada como os processos de ação (e seus contextos), que implicam em comunicados lingüísticos entendidos como literários por seus produtores. Seus modelos parciais seriam um conjunto de ações e seus contextos, descritas em linguagem comum e que resultem num construto semântico (texto) considerado como literário. Esta estrutura lógica conta também com modelos possíveis que sugerem uma estrutura que conta com produtores e produção literária, seus pressupostos e contextos, estratégias de produção literária, suas ações e resultados. Finalmente os modelos resultantes, que neste exemplo seriam todas as “ações literárias de produção” identificadas como tal a partir do instrumental terminológico da Teoria de Produção Literária organizada no processo.

Partindo destes fundamentos, a CEL, se orienta em torno de um conceito sistêmico de literatura e se afasta de uma perspectiva que encontra no texto literário seu pressuposto fundamental e ontológico. Pelo contrário, a orientação da CEL volta-se às ações praticadas no sistema literário. Como resultado, identifica-se a literatura como um modelo de ação social (Schmidt, 1996). Os atores sociais que fazem parte do sistema denominado sistema literário agem e interagem de forma que seu agir seja considerado literário. Além disso, de acordo com a descrição acima, os membros deste sistema devem ter uma coleção de conceitos e valores estéticos e convenções literárias usadas nas suas ações. Ainda de acordo com a descrição de sistemas acima podemos

deduzir que as ações literárias pertencem ao sistema literário e o definem como tal.

A CEL, neste sentido, toma como modelos a percepção de que a nossa sociedade é composta por vários sistemas sociais, como por exemplo, o sistema judicial, o político, etc. Estes sistemas são constituídos e mantidos pelas relações dos indivíduos que a eles pertencem. Estes indivíduos, ou atores sociais, agem nesta organização social de acordo com orientações, relações e restrições sociais que fazem parte deste sistema. A estas condições dá-se o nome de domínio social. (Hejl, 1989). Um domínio social nasce da interação de indivíduos dentro de um sistema. Estes indivíduos geram um conjunto de preceitos que são considerados adequados para lidar com um acontecimento neste sistema (Hejl, 1989). Estes preceitos são padrões de ações que os indivíduos, ou atores sociais, usam como referência no seu dia a dia com os fatos que ocorrem durante a interação com outros indivíduos dentro do domínio social. O sistema jurídico, por exemplo, é um domínio social. Um dos acontecimentos rotineiros deste domínio é a formulação de projetos de lei. Estes projetos devem estar de acordo com normas e preceitos estipulados pelo próprio sistema para que sejam reconhecidos por este último como pertinentes. Um destes preceitos é a questão da constitucionalidade. Se estes projetos não se adequarem às normas proclamadas na Constituição Federal, eles perdem legitimidade.

Isso quer dizer que um sistema provê um domínio onde os indivíduos possam agir e comunicar de forma adequada ao sistema e também oferece um conjunto de ações e tipos de comportamento. Estas duas condições sugerem uma realidade em comum ou aproximada que una os indivíduos membros deste sistema, e que, por serem específicos deste, o definem. Além disso, decorrem

desta teoria três racionalidades que influenciam a construção desta realidade em comum, e que por consequência influenciam as atividades sociais: a primeira consiste na racionalidade do sistema, determinando comportamentos específicos aos atores sociais e que atribui significados especiais às ações sociais; a segunda, a racionalidade da comunicação, orienta as interações entre os atores sociais; e, por fim, a racionalidade do próprio indivíduo que pode, na interação com outros indivíduos, redefinir as características do sistema.

Assim como todas as teorias sociológicas, a teoria dos sistemas busca descobrir como as estruturas sociais resultam da interação dos indivíduos, como cada ação individual é determinada por estruturas sociais e como as mudanças sociais ocorrem. É esta também a intenção dos que desenvolveram o conceito de sistema no campo dos estudos literários empíricos.

De acordo com os postulados de Luhmann em relação aos sistemas, o sistema literário também tem papel “orgânico” e constitui-se como elemento de um outro sistema, o sistema social, que se organiza pelos mesmos princípios. O que é pertinente e específico do sistema literário, então, só pode ser definido na sua relação com outros sistemas de ação, assim também como seu respectivo estágio de desenvolvimento histórico. Schmidt (1982) propõe, então, que a diferença das partes integrantes do sistema literário em relação a outros elementos não-sistêmicos seja observada através da possibilidade daqueles de se orientarem como produtos a partir de uma organização e enunciação identificada como poética (convenção de estética), e da possibilidade consensual de atribuição de diversos resultados recepcionais satisfatórios, distintos e em vários níveis ao mesmo tempo e em tempos diferentes (convenção de polivalência).

Logo, o sistema literário pode ser caracterizado como um sistema heterogêneo, ou seja, uma unidade complexa formada por subsistemas autônomos ou não (Schmidt, 1996), pois é constituída pelo relacionamento de elementos próprios e não necessariamente próprios que operam processos dinâmicos. Ainda de acordo com esta teoria, o sistema literatura se constitui e se mantém graças à organização específica de seus elementos e suas interações. (Sub)sistemas autônomos são aqueles que podem “sobreviver” fora do sistema maior onde estão. As editoras e as gráficas, por exemplo, formam sistemas independentes, com suas próprias organizações e estruturas, mas ao mesmo tempo são elementos que fazem parte do sistema literário.

Assim, em relação à sua estrutura, existem outros itens que fazem parte da sua constituição. Schmidt (1996) aponta cinco dimensões estruturais que fazem parte desta organização: os atores sociais e seus domínios cognitivos, ou seja, as suas ações e suas visões, conceitos e construções no sistema, assim como as ordens simbólicas de conhecimento cultural, que formam a base do processo de socialização do indivíduo; a comunicação, que caracteriza e possibilita a formação de um domínio social; as estruturas sociais e as instituições, que funcionam com elementos que fazem parte da estrutura do sistema, pois são referências à sociedade; ofertas mediadoras que podem ser textos, vídeos, palestras, ou outra manifestação considerada parte do sistema literário.

De acordo com a CEL os atores sociais representam o ponto chave da descrição do sistema literário. As suas ações, segundo esta teoria, determinam a especificidade do sistema. Descrevo agora como estas ações são definidas.

Todas as atividades no interior do sistema literário são orientadas para e interpretadas à luz de um conhecimento cultural que inclui normas de convivência dos atores sociais, seus valores e suas emoções, adquiridas por cada indivíduo no seu processo de socialização. Além disso, estas ações são específicas ao sistema literário. De acordo com esta especificidade, pode-se caracterizar estas ações em quatro tipos ou papéis acionais que atores sociais assumem. Eles são: *produção*; *mediação*; *recepção*; *pós-processamento*. O primeiro papel remete aos processos de criação de um produto literário de acordo com critérios estéticos relevantes ao produtor (ou grupo de produtores). Estes produtos podem ser livros, filmes, roteiros, peças, entre outros, que são considerados como literários pelos atores sociais. O segundo tipo, ou mediação literária, refere-se às atividades que tornam um produto literário acessível a outro ator social, como a editoração e distribuição de um livro, por exemplo. A recepção, o terceiro tipo, engloba as atividades nas quais atores atribuem significados aos produtos (ou ofertas midiáticas) que eles consideram literárias de acordo com seus critérios estéticos como, por exemplo, a compreensão de um romance ou a consagração de um texto pelo público leitor. Por fim, o pós-processamento do produto literário, último dos papéis, corresponde às atividades dos atores sociais que produzem uma oferta mediadora para um produto que eles consideram literário, estabelecendo assim uma relação entre um fenômeno alvo e resultados pós-processuais como, por exemplo, a análise, descrição, avaliação, comentários, entre outros, contidas em interpretações, resenhas, canonizações, adaptações, etc. O pós-processamento é desempenhado por atores que são institucionalmente legitimados para exercer este papel, como por exemplo, os críticos literários ou os professores.

Sobre esta questão, Barsch (1995) argumenta na sua descrição do sistema literário que os quatro papéis acionais do sistema podem ser vistos

como o resultado específico de estabilizações de interações entre componentes do sistema literário. Ele afirma que uma ação literária presume e produz um *comunicado*. O termo *comunicado* é utilizado para definir os processos relativos a um objeto literário e os resultados deste processo (Schmidt 1982). Para se discutir a questão levantada por esta argumentação faz-se necessária à definição do que a CEL entende como *comunicado*.

De acordo com Schmidt (1982, 1996), o *comunicado* é uma estrutura cognitiva que contrasta com o *texto-objeto*, o objeto literário físico que os atores sociais aprenderam a produzir e receber como instrumentos de comunicação, materializado num produto midiático, como um livro, um *cd-rom*, etc. Os indivíduos constroem *comunicados* a partir de um *texto-objeto* nos seus domínios cognitivos aplicando as normas lingüísticas, as convenções estéticas, e as convenções sociais internalizadas por eles ao longo de seus processos de socialização. Logo o ator social transforma o estímulo do objeto físico *texto-objeto* em sinais neuronais adaptados às suas condições internas e atribui uma estrutura cognitiva para estes estímulos. Esta representação cognitiva, ou *comunicado*, não se constitui somente de aspectos lingüísticos. O indivíduo é estimulado/incentivado/ativado por elementos lingüísticos, intelectuais e afetivos.

Assim sendo, podemos observar que as ações literárias envolvem processos auto-referenciais no sentido de que dependem sempre das construções internas dos indivíduos e de outros *comunicados* inclusive. Isto quer dizer que estas construções não são entendidas como um processamento de informações recebidas por um indivíduo e sim como uma construção de conhecimento. Tal pressuposição gera algumas conclusões que são de suma importância para este trabalho.

A primeira refere-se à distinção entre *texto-objeto* e *comunicado*. A partir dela podemos afirmar que os significados de uma obra literária são dependentes do indivíduo, ou seja, são itens do seu domínio cognitivo. Conseqüentemente, não há provas objetivas de descrição de significado no *texto-objeto* (Schmidt, 1989). Contudo, não é incomum que atores sociais atribuam características idênticas a um mesmo texto, como, por exemplo, características sintáticas ou estilísticas, devido às rotinas de produção, elaboração e recepção de *comunicados* internalizados por estes durante suas socializações, muito embora isto não garanta que os significados gerados sejam idênticos. É o que Barsch (1995) se refere como estabilizações de interações.

A segunda refere-se ao processo de socialização dos indivíduos. Para que estes se percebam como integrantes do domínio social a que eles pertencem, eles precisam adequar-se aos preceitos que regulam o agir dentro dos limites deste sistema, construindo assim a sua percepção de realidade de acordo com a percepção tida como adequada pelos membros deste domínio. Assim, textos podem ativar processos de construção de significados cujos resultados pós-processuais são interpretações, opiniões, críticas literárias, entre outras. O processo de construção de realidades será descrito mais adiante detalhadamente. A sua relevância neste contexto é salientar o caráter construtivo das operações pós-processuais no âmbito do sistema literário.

Por último, o termo recepção refere-se a um procedimento complexo ocasionado pela percepção e reconhecimento de um *texto-objeto*. Este ativa um processo interno ao sistema cognitivo do indivíduo e especifica a construção de um *comunicado*, porém não determina a sua dinâmica. Esta depende do ator social e dos elementos que fazem parte do seu domínio cognitivo, além das condições do momento da recepção.

As questões que levantei sobre a caracterização da CEL indicam a sua organização como um grande esforço teórico composto por várias dimensões e elementos em constante processo interativo. Apontei também algumas características importantes desta proposta que reorganizam a percepção de fenômenos considerados estáveis no cenário das discussões sobre literatura. Preciso ainda chamar a atenção para alguns aspectos que são redimensionados a partir desta teoria. Uma delas é a concepção de *obra literária* que deixa de se identificar como unidade autônoma e passam a ser resultado do sistema literário e das suas ações estruturadas. Isso sugere que é na relação estabelecida entre o texto, a ação cognitiva, o indivíduo e seus pares e suas ações no sistema literário e que repercute no sistema social. Isso implica também redimensionar a literariedade e as noções de distinção entre ficção e não ficção. A CEL permite que se dirija a atenção da imanência do texto para a avaliação sistêmica das ações e produtos literários, fazendo com que este conceito sugira uma articulação de elementos do próprio sistema em torno de *comunicados* que estabelecem estratégias avaliativas determinadas pelos processos de socialização dos indivíduos num determinado momento. Um outro questionamento que se pode redimensionar frente estas questões, e que é importante para a questão de seleção feita pelos esforços historiográficos da literatura é o conceito de cânone. Nas últimas décadas, este conceito gerou uma série de discussões, sugerindo que o cânone literário – identificado neste momento como a coleção de textos basilares de uma coleção de produções literárias geralmente identificadas pela marca da nacionalidade – representava os interesses de manutenção de uma postura clássica em relação às possibilidades de articulação de conhecimentos estabelecidos como sendo aqueles reconhecidamente pertinentes aos “estudos literários”. A saída, então, para esta postura, seria a de se afastar deste “cânone” em busca de outras expressões literárias que representavam uma alternativa, ou como muitos



sugerem, de abandono do cânone. Uma visão sistêmica, por outro lado, não se orienta em direção a estas alternativas. Uma teoria construtivista como a da CEL, diferentemente, me leva a conceber a idéia de “cânone” como uma ação funcional e heurística natural no processo de construção do que se entende por literário, ou seja, no próprio processo de construção do sistema literário. A contribuição das posturas sistêmicas em relação ao cânone é o entendimento de que existe sempre um processo de decisões sociais e que estes processos devem ser entendidos como tal, ou seja, não há critérios ontológicos e imanentistas que possam justificar a preferência por certos textos literários em relação a outros. O que existe é a decisão de um conjunto de atores sociais no sistema literário, que, baseado nos processos de organização e estruturação sistêmicas acima descritos, se orientam em torno de uma ação seletiva fundamentada em critérios por eles construídos e validados sistemicamente. Também não há diferença no processo de seleção dos elementos de um experimento historiográfico. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas escolhas temáticas ao longo da historiografia literária brasileira, quando alguns estilos de época oscilam como valores descritivos em diferentes obras (ver o breve histórico apresentado mais a frente).

Até este momento, estas reflexões apontaram para vários dos problemas sugeridos no capítulo 2. Uma delas, de grande importância para este trabalho é o conceito de passado, visto que sugeri, na introdução, alguns pressupostos em relação a este conceito. No intuito de debater esta questão apresentarei no próximo capítulo os elementos basilares que compõem a noção de tempo na sociedade ocidental.